



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOS-SEPEH)

Acervo do Museu da Justiça



Um dos pioneiros da difusão da Sociologia do Direito no Brasil, presidiu o 1º Tribunal de Alçada do Estado do Rio de Janeiro, a Associação dos Magistrados Brasileiros e a União Internacional de Magistrados.

Felipe Augusto de Miranda Rosa

O eminente intelectual nasceu em 1º dezembro de 1920, na cidade do Rio de Janeiro. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal.¹

Após ter exercido a advocacia, ingressou na magistratura do Estado da Guanabara em 1960, como 23º juiz substituto, cargo para o qual foi nomeado pelo Decreto “P” nº 195, de 31 de agosto de 1960, tomando posse e entrando em exercício no dia 13 do mês seguinte.

Em 28 de junho de 1963, foi promovido, por merecimento, a juiz de direito da 6ª Vara de Família, ali permanecendo até ser removido, novamente por merecimento, a juiz do Tribunal de Alçada do Estado da Guanabara no dia 20 de



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOM-SEPEH)

dezembro de 1971. Nesta corte de justiça, foi eleito para o cargo de vice-presidente no exercício de 1974. Após a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, ocorrida em 1975, para formar uma nova unidade federativa, foi eleito presidente do 1º Tribunal de Alçada do atual Estado do Rio de Janeiro para o ano de 1980.²

Promovido, mais uma vez por merecimento, a desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em 7 de outubro de 1980, foi investido no cargo no dia 30 do mesmo mês e ano.

No magistério, desenvolveu também uma bem-sucedida carreira. Em 1974, recebeu o título de livre-docente na cadeira de Sociologia da mesma universidade pela qual se formara, e que, nessa época, tinha a denominação de Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Manteve o mesmo título quando, após a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a referida instituição passou a ter o nome de Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Destacou-se também como jurista e sociólogo, tendo desempenhado papel pioneiro na difusão da Sociologia do Direito no Brasil. No biênio 1978-1979, presidiu a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), e, em 1984, foi eleito presidente da União Internacional de Magistrados. Na Escola da Magistratura do Estado do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), presidiu o Fórum Permanente para Formação e Aperfeiçoamento do Magistrado a partir de 2007. Por várias vezes, representou a magistratura brasileira em congressos internacionais de Sociologia e Direito.

Entre suas obras, destacam-se as seguintes: “Sociologia do direito: o fenômeno jurídico como fato social”; “A norma jurídica e sua influência sobre a



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOM-SEPEH)

opinião”; “Patologia social: uma introdução ao estudo da desorganização social”; “Poder, direito e sociedade”; “Justiça e autoritarismo”; e “Criminalidade e violência global”.

Aposentou-se, a pedido, no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em 31 de outubro de 1990, vindo a falecer no dia 12 de março de 2009.

Notas de referência

¹ Atual Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

² A Lei nº 272, de 7 de novembro de 1979, atribuiu competência exclusivamente cível ao Tribunal de Alçada proveniente do antigo Estado da Guanabara, dando-lhe a denominação de 1º Tribunal de Alçada.



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOM-SEPEH)

Fontes consultadas

ABREU, Antonio Izaias da Costa. *O Judiciário fluminense: período republicano*. Rio de Janeiro, RJ: A.I. da Costa: Museu da Justiça, 2007, pp. 239, 258, 272 e 281.

Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Galeria de ex-presidentes. Disponível em:

<[http://www.amb.com.br/index .asp?secao=galeria](http://www.amb.com.br/index.asp?secao=galeria)>. Acesso em: 2 set. 2015.

Catálogo de desembargadores da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 1751-1991. Rio de Janeiro: TJERJ, Departamento-Geral de Arquivo e Documentação Histórica, 1991. Não paginado.

JUNQUEIRA, Eduardo da Cunha. *Tribunal de Alçada Cível do Estado do Rio de Janeiro: três décadas de história*. Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Alçada Cível: CEDES, 1994, pp. 94-96.

RIO DE JANEIRO (Estado). Poder Judiciário. Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Portaria nº 26, de 6 de novembro de 2007. Introduz alteração no ato de instalação e designação, de 16 de julho de 1997, que instala o Fórum Permanente para Formação e Aperfeiçoamento do Magistrado e designa seu Núcleo Básico.



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOM-SEPEH)

RIO DE JANEIRO (Estado). Poder Judiciário. *Histórico Funcional de Magistrados – nascimento/naturalidade*. Página 9. Cópia impressa. Acervo do Serviço de Pesquisas Históricas do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (DGCOM-SEPEH).

RIO DE JANEIRO (Estado). Poder Judiciário. *Histórico Funcional de Magistrados – falecidos (2001-2010)*. Cópia impressa. Acervo do Serviço de Pesquisas Históricas do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (DGCOM-SEPEH).

RIO DE JANEIRO (Estado). Poder Judiciário. Ficha funcional do magistrado Felipe Augusto de Miranda Rosa. Cópia Impressa. Acervo do Serviço de Pesquisas Históricas do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (DGCOM-SEPEH).

ROSA, Felipe Augusto de Miranda. Entrevista concedida ao Projeto de Memória Oral e Visual do Poder Judiciário, em 9 de setembro de 1998. Entrevista nº 21. Fita nº 21. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.